



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **29º EXAME DE SELEÇÃO**

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2013 -

①

- 1) São limitações circunstanciais ao exercício do poder constituinte-reformador:
- (a) a ocorrência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
  - (b) o prazo de 5 anos contados da promulgação da Constituição, a teor do art. 3º do ADCT.
  - (c) a forma federativa, o voto direto secreto, universal e periódico, separação de poderes e os direitos e garantias individuais.
  - (d) a possibilidade de veto pelo Presidente da República.
  - (e) a vedação à reapresentação de Proposta de Emenda à Constituição na mesma sessão legislativa em que for rejeitada.
- 2) São competências materiais comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:
- (a) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
  - (b) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
  - (c) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
  - (d) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
  - (e) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- 3) Possuem legitimação ativa universal para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade:
- (a) o Presidente da República e a Associação de caráter nacional.
  - (b) a Mesa da Câmara dos Deputados e o Governador de Estado.
  - (c) a Mesa do Senado Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados.
  - (d) Confederação Sindical e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados.
  - (e) a Mesa da Assembleia Legislativa estadual e o Presidente da República.
- 4) Incluem-se na competência originária do Supremo Tribunal Federal:
- (a) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e o Recurso Extraordinário.
  - (b) a Ação Direta de Inconstitucionalidade e o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança.
  - (c) a Ação Declaratória de Constitucionalidade e mandado de injunção contra omissão imputada ao Congresso Nacional.
  - (d) o Mandado de Segurança impetrado contra ato do Governador de Estado.
  - (e) a Representação por Inconstitucionalidade contra lei municipal.
- 5) A respeito das medidas provisórias, é correto afirmar que:
- (a) possuem força de lei em sentido material.
  - (b) se não aprovadas em 120 dias, são automaticamente convertidas em lei.
  - (c) seus requisitos são insuscetíveis de controle de constitucionalidade.
  - (d) equivalem aos decretos regulamentares e destinam-se ao fiel cumprimento da lei.
  - (e) nunca podem ser editadas por Governadores de Estado.
- 6) De acordo com a Teoria Geral do Estado, o conceito de Estado é composto pelos seguintes elementos:
- (a) Constituição, Estado de Direito e soberania.
  - (b) povo, soberania e território.
  - (c) direitos fundamentais, território e povo.
  - (d) direitos fundamentais, Estado de Direito e Constituição.
  - (e) território e Constituição.

**7) São tributos de titularidade municipal:**

- (a) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- (b) taxas e imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- (c) Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre serviços (ISS)
- (d) imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) e imposto de Importação (II)
- (e) imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

**8) Considere a seguinte descrição: as [...] são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, nas quais figuram, lado a lado, o Estado e os particulares como acionistas.**

**Ela se refere às:**

- (a) sociedades de economia mista.
- (b) autarquias.
- (c) empresas públicas.
- (d) fundações públicas.
- (e) associações públicas.

**9) Considere a seguinte descrição: para o ajuizamento da [...], qualquer cidadão é parte legítima. Ela tem por objetivo a anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade pública, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Ela se refere:**

- (a) ao mandado de segurança.
- (b) ao mandado de injunção.
- (c) à ação popular.
- (d) à ação civil pública.
- (e) ao habeas data.

**10) É hipótese de perda do direito de nacionalidade brasileiro:**

- (a) aquisição de outra nacionalidade, em qualquer caso.
- (b) cancelamento da naturalização, somente possível nos casos de crimes hediondos.
- (c) reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira, caso o brasileiro venha a fazer a opção.
- (d) quando for decretada a expulsão ou a deportação.
- (e) cancelamento da naturalização, por sentença, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

**11) São cláusulas pétreas, segundo a Constituição de 1988, exceto:**

- (a) a forma federativa de Estado.
- (b) o bicameralismo legislativo.
- (c) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (d) a separação de poderes.
- (e) os direitos e garantias individuais.

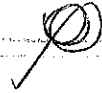
**12) Quanto à forma e ao processo de reforma, a Constituição brasileira pode ser classificada em:**

- (a) não-escrita e rígida
- (b) escrita e flexível
- (c) escrita e rígida
- (d) escrita e semirrígida
- (e) não-escrita e flexível

13) Considere a edição de lei, pela Assembleia Legislativa estadual, versando sobre direito civil. Essa lei é:

- (a) constitucional, desde que respeitada a norma geral, por se tratar de competência legislativa concorrente.
- (b) inconstitucional, sob a perspectiva orgânica.
- (c) inconstitucional, sob a perspectiva formal.
- (d) inconstitucional, sob a perspectiva material.
- (e) constitucional, por se tratar de competência legislativa própria dos Estados.

001016634 / 13  
16/08/13 RE. 152



14) Sobre a regra constitucional do concurso público, é correto afirmar:

- (a) somente é excepcionada nos casos de preenchimento de cargos de provimento em comissão.
- (b) é aplicável aos entes privados que sejam destinatários de recursos públicos.
- (c) não é aplicável às estatais.
- (d) se inobservada, gera a nulidade da investidura do servidor.
- (e) é implícita e decorre do princípio da impessoalidade (art. 37, *caput*).

15) São hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos, exceto:

- (a) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- (b) incapacidade civil absoluta.
- (c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (d) decisão por maioria qualificada da Câmara ou do Senado Federal.
- (e) improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

## DIREITO CIVIL

16) Quanto ao direito à imagem é correto afirmar:

- (a) Não corresponde a um dos direitos da personalidade, nem mesmo como mero reflexo de outros direitos, como o direito ao nome e à honra, pois não é atributo da personalidade humana, mas mera representação física do ser.
- (b) A indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais independe de prova do prejuízo.
- (c) Apenas as pessoas públicas estão sujeitas ao uso indevido de sua imagem, pois somente nesses casos é possível avaliar o conteúdo econômico da imagem para fins de fixar a indenização devida.
- (d) A proteção à imagem deve ceder diante do exercício do direito à informação. Assim, não gera direito à reparação o dano causado em função da veiculação de imagem em matéria jornalística.
- (e) A imagem atributo não goza de proteção, que só é concedida à imagem retrato.

17) No tocante aos bens, é correto afirmar:

- (a) Perdem o caráter de imóveis as edificações separadas do solo e removidas para outro local, ainda que conservem sua unidade.
- (b) Consideram-se imóveis, para efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os assegurem, bem como o direito à sucessão aberta.
- (c) Tornam-se móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (d) São bens consumíveis aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância, salvo se destinados a alienação.
- (e) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

**18) Quanto à empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, é correto afirmar:**

- (a) Não existe no ordenamento pátrio.
- (b) Deve ser constituída por uma única pessoa e se destina exclusivamente às pessoas naturais.
- (c) A pessoa natural que constitui empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- (d) Quando formada por pessoa jurídica, a EIRELI configura uma subsidiária integral.
- (e) Quando constituída por pessoa natural, a EIRELI se confunde com a figura do empresário individual.

**19) Quanto a domicílio, é incorreto afirmar:**

- (a) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- (b) Para a pessoa natural, domicílio é o lugar onde está estabelecida a sua residência com ânimo definitivo. Se a pessoa não tiver residência habitual, ter-se-á por domicílio o lugar onde for encontrada.
- (c) Não se admite a existência de domicílios plúrimos, substituindo-se o domicílio voluntário do servidor público pelo domicílio legal ou necessário no local em que exerce suas funções, a partir do momento da sua investidura no cargo público.
- (d) A cláusula de eleição de foro é válida nos contratos escritos, salvo quanto aos contratos de consumo, nos quais a cláusula que estipula foro diverso do domicílio do consumidor é considerada abusiva.
- (e) Considera-se domicílio do Estado, a respectiva capital.

**20) Andrea, pretendendo reformar seu apartamento, propõe a Jorge, pedreiro, a celebração de um contrato de empreitada com início imediato. Jorge fornece a Andrea o orçamento, mas informa que não pode dar início imediato à obra, pois ainda não encerrou seu trabalho atual, que tem previsão de término em três semanas, mas pode sofrer atrasos, em função das chuvas que vêm atingindo o local da obra. Andrea, interessada no serviço, mas não disposta a aguardar indefinidamente, propõe a Jorge contratá-lo, desde que ele esteja disponível no prazo de três semanas. Jorge concorda. Diante desse quadro, pode-se dizer que o negócio entabulado por Andrea e Jorge contém:**

- (a) Cláusula penal.
- (b) Termo
- (c) Condição
- (d) Cláusula resolutiva tácita.
- (e) Cláusula abusiva.

**21) A construção de uma piscina é uma benfeitoria:**

- (a) Útil em relação a uma casa destinada apenas à moradia de seu proprietário.
- (b) Voluptuária em relação a uma academia de ginástica que quer oferecer aulas de natação.
- (c) Necessária em relação a um clube de natação.
- (d) Necessária em relação a uma casa destinada apenas à moradia de seu proprietário.
- (e) Útil em relação ao clube de natação.

22) Valdomiro recebe a notícia de que Paulo, desafeto seu, faleceu e que o incluiu em seu testamento, no qual também consignou pedido de desculpas pelas desavenças tidas em vida. Valdomiro apressa-se a renunciar ao quinhão que lhe cabe na herança testamentária, recusando a parte do monte que lhe foi ofertado. Não sabia o beneficiário, todavia, que o autor da herança também lhe deixou, em legado, seu carro, objeto de cobiça entre todos os herdeiros. Com base nesses dados, é correto afirmar que:

- (a) A renúncia de Valdomiro estende-se a qualquer bem que lhe tenha sido destinado por Paulo, autor da herança, eis que feita de forma irrestrita.
- (b) Valdomiro não poderia renunciar à herança, pois se trata de um negócio benéfico.
- (c) A renúncia só atinge a herança, não se estendendo ao legado do carro, pois as renúncias interpretam-se estritamente. Assim, Valdomiro pode optar por aceitar o carro.
- (d) Se Valdomiro tivesse renunciado à herança em favor de um dos outros herdeiros, este poderia vir a pleitear o carro deixado em legado, pois a hipótese não seria mais de renúncia, mas sim de doação, e esta, como negócio gratuito, permite a interpretação ampliativa de seu objeto.
- (e) A renúncia ao legado se presume, diante da renúncia ao quinhão hereditário.

23) Assinale a assertiva correta a respeito da desconconsideração da personalidade jurídica disciplinada no art. 50 do Código Civil:

- (a) A desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica implica a sua despersonalização para toda e qualquer finalidade, pondo fim à sua existência legal.
- (b) A desconconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica gera responsabilização patrimonial dos sócios, estendendo os efeitos das obrigações da pessoa jurídica ao patrimônio de todos os sócios, salvo o dos administradores.
- (c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- (d) Nas relações regidas exclusivamente pelo Código Civil, interpretam-se ampliativamente os parâmetros de desconconsideração da personalidade jurídica previstos no seu art. 50 (desvio de finalidade social ou confusão patrimonial), pois o objetivo da norma é a proteção dos credores.
- (e) O mero encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica é suficiente a caracterizar abuso da personalidade para fins de aplicação do art. 50 do Código Civil, ainda que tenham sido reservados bens suficientes para o pagamento dos credores, uma vez que consistem em entes formais.

24) Com relação à extinção do contrato, é incorreto afirmar que:

- (a) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- (b) se, em razão da natureza do contrato, uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a rescisão unilateral só produzirá efeitos depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- (c) o distrato, acordo entre as partes para extinguir o vínculo obrigacional, faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- (d) a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, enquanto a tácita depende de interpelação judicial.
- (e) havendo cláusula resolutiva expressa, o inadimplemento gera a imediata resolução do contrato, vedando-se ao credor aceitar o cumprimento atrasado ou pelo equivalente.

25) Cláudio e Eduardo celebraram um contrato de compra e venda de uma bicicleta de Eduardo. Segundo o acordo, Cláudio deveria realizar o pagamento do preço (no valor de R\$ 500,00) em duas parcelas iguais, uma na data da celebração do contrato e a segunda, 15 dias depois, sendo certo que Eduardo deveria entregar a bicicleta 30 dias após a data da avença, já recebido o preço. Ocorre que, 30 dias após a realização do contrato e sem o pagamento do preço, Cláudio exigiu de Eduardo a entrega do bem. Considerada esta situação, é correto afirmar que:

- (a) Eduardo deve entregar o bem imediatamente, cabendo-lhe apenas cobrar o pagamento de Cláudio, com os acréscimos decorrentes da mora.
- (b) Eduardo não pode invocar a exceção de contrato não cumprido, que só se aplica em caso de as prestações serem simultâneas.
- (c) Eduardo pode invocar a exceção de contrato não cumprido, pois, tratando-se de contrato bilateral, Cláudio não pode, antes de realizar sua prestação, exigir o implemento da obrigação de Eduardo.
- (d) Eduardo não poderia invocar a exceção de contrato não cumprido se Cláudio tivesse adimplido a primeira parcela.
- (e) Eduardo pode pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva, pois, com a conduta de Cláudio, a prestação de Eduardo se tornou excessivamente onerosa, com extrema vantagem para Cláudio.

26) Roberta foi atropelada, em janeiro de 2007, por um taxista quando atravessava a rua em que mora em Copacabana. Em junho de 2013, ajuizou ação contra o agente causador da lesão, objetivando a reparação dos danos materiais e morais sofridos. Assinale a alternativa correta:

- (a) em qualquer hipótese, é impossível cumular reparação por danos materiais e morais.
- (b) em qualquer hipótese, Roberta não precisaria comprovar os danos sofridos, que são considerados *in re ipsa*.
- (c) o direito de Roberta de reclamar a reparação dos danos sofridos, ante o lapso temporal decorrido, foi atingido pela decadência.
- (d) a pretensão está atingida pela prescrição, pois se passaram mais de 3 (três) anos do fato.
- (e) a pretensão está atingida pela prescrição, pois se passaram mais de 5 (cinco) anos do fato.

27) Em tema de responsabilidade civil, pode-se afirmar que:

- (a) o agente agressor responde pela reparação integral do dano causado. Contudo, o juiz pode reduzir, equitativamente, a indenização, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (b) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo, não dispuserem de meios suficientes ou não quiserem fazê-lo.
- (c) são elementos da responsabilidade civil objetiva a conduta culposa, o dano e o nexo causal entre o dano e a conduta.
- (d) não são responsáveis pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviços e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (e) o dono de edifício ou construção não responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

28) Em relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a única alternativa correta:

- (a) na lesão, a desproporção entre as prestações não se verifica no momento de celebração do negócio jurídico.
- (b) a ameaça a pessoa não pertencente à família do paciente não configura, em nenhuma hipótese, coação.
- (c) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (d) a coação física ou vis absoluta acarreta o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico.
- (e) o estado de perigo ocorre quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de dano conhecido ou não pela outra parte, assume obrigação onerosa.

29) Em matéria de contratos, assinale a opção incorreta:

- (a) na ordem contratual contemporânea, a doutrina destaca o papel dos novos princípios da boa-fé objetiva, do equilíbrio econômico do contrato e da função social do contrato.
- (b) nos contratos de adesão, a interpretação mais favorável ao aderente de cláusulas ambíguas ou contraditórias só é admitida em relação de consumo.
- (c) à boa-fé objetiva, a doutrina imputa as funções de interpretação-integração dos contratos, criação de deveres anexos e limitação ao exercício de direitos subjetivos.
- (d) o princípio da função social mitiga o tradicional princípio da relatividade, tornando oponentes os efeitos do contrato.
- (e) o princípio do equilíbrio econômico do contrato fundamenta institutos como a lesão, a revisão e a resolução por onerosidade excessiva.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA OBJETIVA Nº 001016634/13

16/08/13 p. 154

30) Marque a alternativa falsa, em relação ao direitos das obrigações:

- (a) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la.
- (b) a obrigação extingue-se por confusão, hipótese na qual na mesma pessoa concorrem as qualidades de credor e devedor.
- (c) quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.
- (d) considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- (e) o credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se a prestação recebida for mais valiosa.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Dentre as hipóteses enumeradas abaixo, assinale o item que não pode ser considerado como um elemento ou desdobramento da garantia fundamental do contraditório participativo:

- (a) a paridade de armas no processo, assegurando ao autor e ao réu, a princípio, a igualdade de oportunidades de defesa, observado o postulado da proporcionalidade;
- (b) o direito à prova, com os meios necessários a demonstrar a veracidade das alegações de fato em que se amparam os atos postulatórios;
- (c) a vedação à surpresa processual, de modo que, mesmo quanto a questões conhecíveis de ofício, deve o julgador oportunizar a prévia manifestação das partes antes de proferir decisão;
- (d) a impugnação, através de recurso, contra toda e qualquer decisão judicial, independentemente da disciplina legal;
- (e) a excepcionalidade de decisões liminares cautelares ou antecipatórias, que, por serem proferidas antes da oitiva do réu, justificam-se apenas diante do risco de perecimento do direito.

32) Considerando os limites conceituais da tripartição de funções do Estado, é possível afirmar que o juiz não exerce jurisdição quando:

- (a) aplica sanções por litigância de má-fé a quem interpõe recurso com intuito manifestamente protelatório;
- (b) nomeia agentes de sua confiança para o desempenho de cargo em comissão de assessoria de gabinete;
- (c) conduz o processo de execução ou a fase de cumprimento de sentença, norteados pela satisfação prática do direito proclamado no título executivo;
- (d) reconhece a existência de coisa julgada material formada sobre a pretensão, extinguindo o processo sem exame de mérito;
- (e) profere a decisão senadora, fixando os pontos controvertidos, resolvendo questões processuais pendentes e ordenando a prova a ser produzida.



33) **Reputam-se conexas duas ações quando:**

- (a) lhes for comum o objeto ou a causa de pedir;
- (b) lhes forem comuns as partes;
- (c) lhes for comum o valor da causa;
- (d) lhes for comum o dispositivo legal aplicável para a decisão de mérito;
- (e) lhes for comum o procedimento a ser seguido.

34) **Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo, caso em que restará configurado o instituto:**

- (a) da nomeação à autoria;
- (b) da assistência;
- (c) da denunciação da lide;
- (d) do chamamento ao processo;
- (e) da oposição.

35) **Em um processo sem litisconsortes com procuradores diferentes, o prazo para a Fazenda Pública apresentar contrarrazões em apelação é de:**

- (a) trinta dias;
- (b) dez dias;
- (c) quinze dias;
- (d) quarenta e cinco dias;
- (e) cinco dias.

36) **Acerca das condições da ação assinale a alternativa INCORRETA:**

- (a) A teoria da asserção, no exame das condições da ação, exige que o magistrado aprecie as condições da ação de acordo com os fatos tais como afirmados pelo autor na petição inicial;
- (b) São requisitos para a própria existência do direito de ação;
- (c) Podem ser conhecidas de ofício;
- (d) A legitimidade refere-se à titularidade ativa e passiva para figurar em uma relação processual;
- (e) Na demanda proposta por quem se diz credor do réu, em se provando, no curso do processo, que o demandante não é titular do crédito, a hipótese é de improcedência do pedido e não de carência de ação.

37) **O artigo 250 do Código de Processo Civil dispõe que “O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados (...)”. Tal dispositivo reflete a opção do legislador pela aplicação, no sistema das nulidades processuais, do seguinte princípio:**

- (a) efetividade;
- (b) necessidade/utilidade;
- (c) contraditório;
- (d) devido processo legal;
- (e) instrumentalidade das formas.

38) **Quanto aos prazos no procedimento comum ordinário, é CORRETO afirmar que:**

- (a) Não havendo disposição legal nem determinação do magistrado, será de 15 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
- (b) A reconvenção e a exceção devem ser oferecidas em 10 dias;
- (c) O prazo em dobro para recorrer conferido à Fazenda Pública se aplica, por analogia, na elaboração de contrarrazões a recursos;
- (d) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder três meses;
- (e) Extingue-se o processo quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.

39) Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (a) a interpretação teleológica, em razão de suas especificidades, não representa um método adequado para interpretação de normas de caráter processual;
- (b) a lei processual nova não se aplica aos processos pendentes;
- (c) o direito processual civil é um ramo do direito privado;
- (d) o princípio da territorialidade significa que o juiz apenas aplica ao processo a lei processual do local onde exerce a jurisdição;
- (e) os regimentos internos dos tribunais não são considerados fontes do direito processual, pois detêm caráter meramente procedimental;

40) **Não compete ao Superior Tribunal de Justiça:**

- (a) processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;
- (b) julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais dos Estados;
- (c) julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão recorrida contrariar lei federal;
- (d) processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre os Estados, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
- (e) processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeira.

**LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO****RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DO TEMPO**

O desperdício injusto e ilegítimo do tempo, na seara consumerista, tem sido denominado de “Desvio Produtivo do Consumidor”, segundo preleção de MARCOS DESSAUNE, em excelente obra:

“Mesmo que o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8,078/1990) preconize que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo devam ter padrões adequados de qualidade, de segurança, de durabilidade e de desempenho – para que sejam úteis e não causem riscos ou danos ao consumidor – e também proíba, por outro lado, quaisquer práticas abusivas, ainda são ‘normais’ em nosso País situações nocivas como:

- Enfrentar uma fila demorada na agência bancária em que, dos 10 guichês existentes, só há dois ou três abertos para atendimento ao público;
- Ter que retornar à loja (quando ao se é direcionado à assistência técnica autorizada ou ao fabricante) para reclamar de um produto eletroeletrônico que já apresenta problema alguns dias ou semanas depois de comprado;
- Telefonar insistentemente para o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de uma empresa, contando a mesma história várias vezes, para tentar cancelar um serviço indesejado ou uma cobrança indevida, ou mesmo para pedir novas providências acerca de um produto ou serviço defeituoso renitente mas repetidamente negligenciado (...).”

Vasculhe a sua própria experiência de vida, caro leitor, e reflita se tal situação – pela qual talvez você já haja passado –, a par de vexatória, não traduziria um intolerável desperdício de tempo livre, com potencial prejuízo, não apenas na seara econômica e profissional, mas, até mesmo, no delicado âmbito de convivência familiar, como anotei em recente editorial: “O tempo é o senhor de todas as coisas”. Esse

dito popular encerra profunda sabedoria, na medida em que reconhece, no decurso do tempo, uma força capaz de aliviar muitas dores ou descortinar a verdade imanente à natureza humana. (...)

Todavia, se aprofundarmos a investigação científica do tema, descobriremos que a força do tempo expande-se em diversos outros espaços do universo jurídico. (...)

Atualmente, tenho a impressão de que as 24 horas do dia não suprem mais – infelizmente – as nossas necessidades. E, se por um lado, esta falta de tempo para viver bem é algo trágico em nossa sociedade – e que merece uma autorreflexão crítica – por outro, é forçoso convir que as circunstâncias do nosso cotidiano impõem um aproveitamento adequado do tempo de que dispomos, sob pena de experimentarmos prejuízos de variada ordem, quer seja nas próprias relações pessoais, quer seja nos âmbitos profissional e financeiro. Vale dizer, uma indevida interferência de terceiro, que resulte no desperdício intolerável do nosso tempo livre, é situação geradora de potencial dano, na perspectiva do princípio da função social.

Não faz muito, um amigo passou por um problema que bem exemplifica isso. Uma determinada empresa passou a cobrar-lhe, indevidamente, por um determinado serviço não prestado. Eu, então, indaguei se ele já havia entrado em contato com a referida companhia. Respondeu-me, então: “Ainda não. Eu sei que, ao ligar, levarei a tarde inteira ao telefone. Por isso, estou tentando conseguir uma folga no trabalho, para tentar resolver isso. E se eu for à filial da empresa é pior ainda. Terei de acampar lá”.

Esta circunstância tão corriqueira exige uma reflexão. (...) É justo que, em nossa atual conjuntura de vida, determinados prestadores de serviço ou fornecedores de produtos, imponham-nos um desperdício inaceitável do nosso próprio tempo? A perda de um turno ou de um dia inteiro de trabalho – ou até mesmo a privação do convívio com a nossa família – não ultrapassaria o limiar do mero percalço ou aborrecimento, ingressando na seara do dano indenizável, na perspectiva da função social? Em situações de comprovada gravidade, pensamos que esta tese é perfeitamente possível e atende ao aspecto, não apenas compensatório, mas também punitivo ou pedagógico da própria responsabilidade civil. (...)

Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo justifica a reação das normas de responsabilidade civil, sob pena de a vítima se converter em algoz, sob o prisma da teoria do abuso de direito. Apenas o desperdício “injusto e intolerável” poderá justificar eventual reparação pelo dano material e moral sofrido, na perspectiva, como já dito, do superior princípio da função social. (...)

Em verdade, o que não se pode mais admitir é o covarde véu da indiferença mesquinha a ocultar milhares (ou milhões) de situações de dano, pela usurpação injusta do tempo livre, que se repetem, todos os dias, em nossa sociedade.

Por outro lado, não se pode negar, que, por se tratar, “a responsabilidade pela perda do tempo livre” ou pelo “desvio produtivo do consumidor”, de uma tese relativamente nova - ao menos se levarmos em conta o atual grau de penetração no âmbito das discussões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais -, impõe-se, a todos nós, uma mais detida reflexão acerca da sua importância compensatória e, sobretudo, utilidade punitiva e pedagógica, à luz do princípio da função social.

Isso tudo porque o intolerável desperdício do nosso tempo livre, agressão típica da contemporaneidade, silenciosa e invisível, mata, aos poucos, em lenta asfixia, valor dos mais caros para qualquer um de nós.

(Pablo Stolze (adaptação) \_03/2013. Professor da Universidade Federal da Bahia e da Rede Jurídica LFG. <http://jus.com.br/artigos/23925/responsabilidade-civil-pela-perda-do-tempo#ixzz2dqxUP0so>)

41) A respeito do texto, após leitura atenta, não se pode afirmar que:

- (a) o autor intercala a narrativa de experiências concretas de vida como forma de aproximar o leitor da ideia que defende como tese.
- (b) os mais interessados pela investigação científica da força tempo em nossas vidas, os prestadores de serviço ou fornecedores de produtos, contribuem de alguma forma para agravar o desperdício do tempo.
- (c) o desperdício de tempo enseja reflexões na perspectiva do direito, porém o autor admite que devem existir restrições e delimitações nesse estudo.
- (d) a investigação científica do tempo se faz valer como um conhecimento relevante que envolve a interferência de terceiros na perda do tempo livre do cidadão, indicando assim uma nova área de pesquisa no mundo jurídico.
- (e) uma das estratégias de persuasão do autor consiste em convocar o leitor a participar das discussões sobre o desperdício do tempo, a fim de confirmar tal fato na experiência consumerista.

42) Com relação à estruturação do texto e dos parágrafos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O penúltimo parágrafo do texto enfatiza a questão da responsabilidade civil pela perda do tempo, retificando a posição do autor diante dos fatos apresentados ao longo do texto.
- II. A citação direta inserida no 2º parágrafo do texto restringe a visão do tempo ao contexto do senso comum.
- III. O argumento do 7º parágrafo ressalta uma ponderação séria e pontual sobre o tema da responsabilidade civil do desperdício do tempo no âmbito das discussões acadêmicas, doutrinárias e jurisprudenciais.

Assinale a alternativa certa:

- (a) somente a afirmativa I está correta.
- (b) somente a afirmativa II está correta.
- (c) somente a afirmativa III está correta.
- (d) somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (e) todas as afirmativas estão corretas.

43) Uma afirmação ganha credibilidade quando vem acompanhada de bons argumentos. Dessa forma, a preleção apresentada no início do texto caracteriza, dentre outros, um argumento específico denominado:

- (a) argumento baseado em dados estatísticos.
- (b) argumento de autoridade.
- (c) argumento baseado em textos literários.
- (d) argumento fictício.
- (e) argumento determinado por falsos silogismos.

44) O conectivo “todavia”, que introduz o parágrafo “Todavia, se aprofundarmos a investigação científica do tema, descobriremos que a força do tempo expande-se em diversos outros espaços do universo jurídico(...)”, possui semanticamente um valor de:

- (a) concessão
- (b) causa
- (c) tempo
- (d) adversidade
- (e) dúvida

45) A partícula “se”, empregada em “Em verdade, o que não se pode mais admitir é o covarde véu da indiferença mesquinha a ocultar milhares (ou milhões) de situações de dano...”, recebe a classificação gramatical de:

- (a) pronome reflexivo
- (b) pronome pessoal reto
- (c) pronome demonstrativo
- (d) pronome apassivador
- (e) índice de indeterminação do sujeito

46) O correto uso do acento grave, indicador da crase, confere à oração adequação à norma culta. O item em que se erra no uso desse acento é:

- (a) Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo leva à reação das normas de responsabilidade civil.
- (b) Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo leva a uma reação das normas de responsabilidade civil.
- (c) Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo leva a qualquer reação das normas de responsabilidade civil.
- (d) Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo leva à aquela reação das normas de responsabilidade civil.
- (e) Deve ficar claro, nesse contexto, que nem toda situação de desperdício do tempo leva à total reação das normas de responsabilidade civil.

47) “...por outro, é forçoso convir que as circunstâncias do nosso cotidiano impõem um aproveitamento adequado do tempo de que dispomos, sob pena de experimentarmos prejuízos de variada ordem...”

No período acima, as ocorrências da palavra QUE classificam-se, respectivamente, como:

- (a) pronome demonstrativo e partícula expletiva.
- (b) pronome relativo e conjunção integrante.
- (c) conjunção integrante e pronome relativo.
- (d) conjunção integrante e partícula expletiva.
- (e) pronome relativo e partícula expletiva.

48) Qual das frases abaixo está redigida de acordo com a nova ortografia?

- (a) É preciso ter autodeterminação e autocontrole para enfrentar o contrassenso das ideias antissociais que partem daqueles que não creem na responsabilidade jurídica e social do desperdício do tempo.
- (b) É preciso ter autodeterminação e autocontrole para enfrentar o contra-senso das ideias antissociais que partem daqueles que não crêem na responsabilidade jurídica e social do desperdício do tempo.
- (c) É preciso ter auto-determinação e auto-controle para enfrentar o contra-senso das ideias antissociais que partem daqueles que não creem na responsabilidade jurídica e social do desperdício do tempo.
- (d) É preciso ter autodeterminação e autocontrole para enfrentar o contrassenso das idéias anti-sociais que partem daqueles que não crêem na responsabilidade jurídica e social do desperdício do tempo.
- (e) É preciso ter autodeterminação e autocontrole para enfrentar o contrassenso das ideias anti-sociais que partem daqueles que não crêem na responsabilidade jurídica e social do desperdício do tempo.

- 49) Assinale a opção em que a supressão das vírgulas alteraria o sentido do enunciado:
- (a) Os consumidores e clientes vêm buscando, ultimamente, a cobrança de seus direitos na justiça pelo desperdício do tempo.
  - (b) Os advogados, que se encontram comprometidos com a defesa do desperdício do tempo, fundamentam-se nas jurisprudências e nas doutrinas.
  - (c) (...) torna-se, portanto, imperativa a revisão jurídica da questão do desperdício do tempo.
  - (d) A discussão do desperdício do tempo, nos países desenvolvidos, é tão natural quanto qualquer outra situação jurídica.
  - (e) Por razões diferentes podem surgir, atualmente, divergências sobre a abordagem do tempo no âmbito jurídico.

50) Suponha que você tenha recebido a incumbência de organizar as orações abaixo para constar de um documento que exige aspectos gerais da Redação Oficial. Estabeleça a conexão entre elas, obedecendo aos critérios de formalidade, padronização, concisão e clareza:

- I - O homem quer alterar o ritmo do tempo e da vida .
- II - O tempo e a vida resistem à atuação estressada do homem.
- III - O tempo e a vida mantêm constantes a sua regularidade.
- IV - O tempo e a vida respondem ao homem de forma implacável.

Assinale a opção que se coaduna às exigências propostas:

- (a) O tempo e a vida resistem à atuação do homem , mantendo as suas regularidades, também lhe respondem de forma implacável , conquanto o homem aja de maneira estressada sobre eles, querendo alterar o ritmo de cada um deles.
- (b) Pois o homem age estressadamente sobre o tempo e a vida, porque eles se alteram; então, eles lhe resistem mantendo regularidade, como também lhe respondem, de forma implacável.
- (c) Segundo o homem aja de maneira estressada sobre o tempo e a vida, eles lhe resistem, por manter regularidade, ou também lhe respondem, de forma implacável, sem alterar o seu ritmo
- (d) O tempo e a vida resistem ao homem mantendo regularidade ou respondendo-lhe implacavelmente, a menos que ele aja de forma estressada.
- (e) Apesar de o homem atuar de maneira estressada sobre o tempo e a vida, eles resistem, mantendo regularidade constante, sem alteração do ritmo, e até respondendo-lhe de forma implacável.

001016634-13  
16 08 13 158



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**EDITAL**

**29.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA  
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 17 do Regulamento do 29º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

**DIREITO CONSTITUCIONAL:**

- 1) A
- 2) E
- 3) C
- 4) C
- 5) A
- 6) B
- 7) C
- 8) A
- 9) C
- 10) E
- 11) B
- 12) C
- 13) B ~~ANULADA~~
- 14) D
- 15) D

**DIREITO CIVIL:**

- 16) B
- 17) B
- 18) C
- 19) C
- 20) C
- 21) C
- 22) C
- 23) C
- 24) E
- 25) C
- 26) D

0010.16634 13  
16 08 13 159

- 27) A
- 28) C
- 29) B
- 30) E

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**


- 31) D
- 32) B
- 33) A
- 34) B
- 35) C
- 36) B
- 37) E
- 38) E
- 39) D
- 40) D

**LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO**

- 41) B
- 42) ANULADA
- 43) B
- 44) D
- 45) D
- 46) D
- 47) C
- 48) A
- 49) B ANULADA
- 50) E

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2013.

  
**LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO**  
Procurador-Chefe do CEJUR  
Presidente da Comissão de Seleção de Estagiários

Jose Carlos V. dos Reis  
Procurador do Estado  
Matr. 966.056-4